



## **LEI Nº 2.727, DE 29 DE MAIO DE 2023**

“Dispõe sobre a comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal de Fazenda e o sujeito passivo de obrigações tributárias municipais”.

O Povo do Município de Brumadinho, por seus representantes aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituída a comunicação eletrônica entre a Secretaria Municipal de Fazenda e os sujeitos passivos de obrigações tributárias perante o Município.

**§ 1º** Para os fins deste Lei, considera-se:

- I. Domicílio Eletrônico: portais de serviços e comunicações eletrônicas da Secretaria Municipal de Fazenda, disponível na rede mundial de computadores;
- II. Meio Eletrônico: qualquer forma de armazenamento ou tráfego de documentos e arquivos digitais;
- III. Transmissão Eletrônica: toda forma de comunicação à distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente a rede mundial de computadores;
- IV. Assinatura Eletrônica: aquela que possibilite a identificação inequívoca do signatário e utilize pelo menos uma das seguintes certificações:
  - a. Certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela ICP Brasil, na forma de lei federal específica;
  - b. Certificado digital emitido ou reconhecido pela Secretaria Municipal de Fazenda;
  - c. Certificação digital de serviços digitais municipais utilizando login “Gov.br”;
- V. Sujeito Passivo: a pessoa física ou jurídica designada em lei como responsável pelo cumprimento da obrigação tributária principal ou acessória





devida ao Município, podendo ser o próprio contribuinte, seu representante legal ou terceiro responsável nomeado pelo contribuinte ou seu responsável.

**§ 2º** A comunicação entre a Secretaria Municipal de Fazenda e terceiro, a quem o sujeito passivo tenha outorgado poderes para representá-lo, poderá ser feita na forma prevista por esta Lei.

**Art. 2º** A Secretária Municipal de Fazenda poderá utilizar a comunicação eletrônica para, dentre outras finalidades:

- I. Cientificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos;
- II. Encaminhar notificações e intimações;
- III. Expedir avisos em geral.

**Art. 3º** O recebimento da comunicação eletrônica pelo sujeito passivo dar-se-á independentemente de sua inscrição no Cadastro Mobiliário de Contribuintes do Município, na Secretária Municipal de Fazenda.

**Parágrafo único.** Ao sujeito passivo será possibilitado o acesso aos sistemas eletrônicos de comunicações da Secretaria Municipal de Fazenda mediante certificação digital que garanta sua identificação, autenticidade, sigilo, integridade de suas comunicações, e obediência às regras da Lei Geral de Proteção de Dados pessoais.

**Art. 4º** Após ser atribuído ao sujeito passivo o registro e acesso ao sistema eletrônico nos termos do artigo 3º desta Lei, as comunicações da Secretaria Municipal de Fazenda direcionadas ao sujeito passivo serão feitas preferencialmente por meio eletrônico e em portais próprios disponibilizados a partir do sítio de internet do Município, dispensando-se sua publicação no Diário Oficial do Município ou envio por qualquer outro meio, inclusive via postal.

**§ 1º** A comunicação feita na forma prevista no *caput* deste artigo será considerada pessoal para todos os efeitos legais.





**§ 2º** Considerar-se-á realizada a comunicação no dia em que o sujeito passivo efetivar a consulta eletrônica ao teor da comunicação.

**§ 3º** Na hipótese do parágrafo 2º deste artigo, nos casos que a consulta se der em dia útil, a comunicação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.

**§ 4º** A consulta referida nos parágrafos 2º e 3º deste artigo deverá ser feita no prazo estipulado na comunicação encaminhada ao sujeito passivo ou no prazo previsto na norma que determine a sua realização, não podendo os prazos serem superiores a 45 (quarenta e cinco) dias contados da data do envio da comunicação, sendo considerada automaticamente consultada a comunicação na data do término do prazo estipulado de sua consulta pelo destinatário.

**§ 5º** No interesse da Administração Pública a comunicação poderá ser realizada mediante outras formas previstas na legislação.

**Art. 5º** As comunicações que transitem entre órgãos da Secretaria Municipal de Fazenda serão feitas preferencialmente por meio eletrônico.

**Parágrafo único.** Para acessar os portais de comunicação e para assinar documentos eletrônicos, o servidor público deverá utilizar certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada pela ICP- Brasil ou login “gov.br”.

**Art. 6º** Ao sujeito passivo inscrito no Cadastro Mobiliário de Contribuintes do Município com registro e acesso ao sistema da Secretaria Municipal de Fazenda, nos termos do artigo 3º desta Lei, também será possibilitada a utilização de serviços eletrônicos disponibilizados nos portais de comunicação do Município com o contribuinte.

**Parágrafo único.** O acesso aos portais de comunicações eletrônicas do Município podem ser utilizadas pelo sujeito passivo de obrigações tributárias perante o Município para fins de:

- I. realização de consulta de pagamento efetuado, situação cadastral, ciência a lançamentos de ofício, entre outras;





- II. remessa de declarações e de documentos eletrônicos, inclusive em substituição dos originais para fins de saneamento espontâneo de irregularidades tributárias;
- III. apresentação de petições, defesa, contestação, recurso, contrarrazões e consulta tributária;
- IV. Recebimento de notificações diversas, intimações, avisos em geral, notificações de lançamento tributário e termos de fiscalizações previstos na legislação tributária municipal;
- V. Outros serviços disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda ou outros órgãos públicos da estrutura municipal concernentes ao sujeito passivo destinatário do serviço.

**Art. 7º** O documento eletrônico transmitido na forma estabelecida nesta Lei, com garantia de autoria, autenticidade e integridade, será considerado original para todos os efeitos legais.

**§ 1º** Os extratos digitais e os documentos digitalizados e transmitidos na forma estabelecida nesta Lei têm a mesma força probante dos originais, ressalvada a alegação motivada e fundamentada de adulteração antes ou durante o processo de digitalização.

**§ 2º** Os originais dos documentos digitalizados, a que se refere o § 1º deste artigo deverão ser preservados pelo detentor durante o prazo decadencial previsto na legislação tributária.

**Art. 8º** Considera-se entregue o documento transmitido por meio eletrônico no dia e hora do seu envio ao sistema da Secretaria Municipal de Fazenda, devendo ser disponibilizado protocolo eletrônico ao sujeito passivo.

**Parágrafo único.** Quando o documento for transmitido eletronicamente para atender prazo serão considerados tempestivos aqueles transmitidos até às 17h (dezessete horas) do último dia do prazo previsto na comunicação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BRUMADINHO**

**Art. 9º** A comunicação eletrônica efetuada nos termos desta Lei também se aplica às comunicações entre a Procuradoria Geral do Município e os sujeitos passivos que possuam débitos tributários ou não tributários inscritos em Dívida Ativa Municipal e/ou ajuizados nos termos da legislação municipal.

**Art. 10.** A Secretaria Municipal de Fazenda poderá editar atos normativos relacionados a esta Lei.

**Art. 11.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brumadinho, em 29 de maio de 2023.

Avimar de Melo Barcelos  
**Prefeito Municipal**

